

INFORMAÇÃO, CONTRABANDO E REVOLUÇÃO FRANCESA EM PERNAMBUCO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Michelle Barros dos SANTOS*

RESUMO: Esta pesquisa se propôs a estudar o lugar da circulação da informação em um período de mudança nos rumos educacionais, com destaque para o Seminário de Olinda, em um tempo politicamente conturbado, permitindo compreender o processo de formação cultural na província. Bem como os modos de enfrentar o comércio ilegal de produtos, ambos os processos intensificados com o advento da Revolução Francesa. Buscaram-se os registros históricos preservados no Arquivo Histórico Ultramarino, existentes no Departamento de História da UFPE, que passaram por um processo de transcrição, ordenação, interpretação e análise. Foi percebido, que havia na realidade, uma grande tensão em se divulgar ideias e pensamentos que pudessem alterar a ordem estabelecida e um grande medo de que pudesse ocorrer nos domínios portugueses o mesmo que ocorreu na França em 1789.

Palavras-chave: Informação; contrabando; Pernambuco.

ABSTRACT: This research set out to study the place of the flow of information in a period of change in educational courses, especially the Seminary of Olinda, in a politically turbulent time, allowing us to understand the process of cultural education in the province. As well as the ways to tackle the illegal trade of products, both processes intensified with the advent of the French Revolution. We searched for historical records preserved in the Overseas Historical Archive, existing in the Department of History of UFPE, which went through a process of copying, sorting, analysis and interpretation. It was noticed that there was actually a great strain on publicizing ideas and thoughts that could change the established order and a great fear of what could occur in the same domains Portuguese that occurred in France in 1789.

Keywords: Information; smuggling; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O início do século XIX se constituiu num período de muitas transformações, em relação à circulação da informação e à cultura escrita, na história de Pernambuco. Numa perspectiva mais ampla, o século XIX já começou conturbado devido aos acontecimentos enfrentados na Europa Ocidental com a Revolução Francesa e posteriormente com as guerras Napoleônicas. Napoleão entrou em guerra com praticamente toda a Europa, sendo inclusive, D. João VI o único rei a não ser destituído do trono por ter fugido para o Brasil. As ressonâncias desses acontecimentos não tardaram a chegar a Pernambuco.

Como Roger Chartier nos mostrou na sua obra, “A Aventura do Livro, do leitor ao navegador”, o surgimento da imprensa foi uma das grandes revoluções da história da

* Aluna de graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de Iniciação Científica/CNPQ. E-mail: mibarrostantos@gmail.com.

humanidade. O livro impresso no correr do século XIX tem um papel muito particular. Primeiro, porque era objeto raro, nem todos podiam ter e nem todos sabiam ler. Segundo, porque quando o livro entrava em contato com um indivíduo poderia causar muitas consequências, emoções, perigos e outras surpresas encontradas em suas páginas.

As reformas pombalinas, em meados do século XVIII, possibilitaram um maior controle sobre a circulação de livros do reino e nas suas colônias. A criação do Seminário de Olinda juntamente com o clero ilustrado constituiu partes especiais de um todo que acionou em Pernambuco a maior experiência revolucionária da sua história. Em Pernambuco os famosos “abomináveis princípios franceses” tiveram implicações em vários setores da população. Atingiram clérigos, professores, senhores de engenho, comerciantes, governadores, pecadores, povoados e vilarejos.

Em Pernambuco toda essa efervescência aguçou o sentimento de nacionalidade, já adquirido ao longo da história colonial, começando com a batalha dos Guararapes e a luta de expulsão dos holandeses, passando pelo desenvolvimento da sociedade patrimonial e açucareira, no desbravamento dos sertões e entrando em contato com todas as riquezas que esse território proporcionou. As revoluções “liberais” do século XIX, de 1817, de 1824 e 1848 refletiram todos esses aspectos da história pernambucana, brasileira e mundial.

1. Circulação da informação e o Seminário de Olinda

No século XVIII a circulação da informação e a cultura escrita pareciam ameaçar a religião, a monarquia, a justiça, as leis e o sossego público antes mesmo do estouro da Revolução Francesa. Fato que provocou a forte vigilância e controle das ideias que era exercido pela censura portuguesa, tanto para os livros que circulavam dentro do reino, quanto para os livros que adentravam em suas colônias. Segundo a pesquisadora Márcia Abreu, o transporte de livros para as colônias portuguesas na África e na Ásia era muito fraco, registraram-se nas petições para a África 7 pedidos para Angola, 1 para Luanda, 1 para Cayenna (anglo-portuguesa), 6 para Cabo Verde, 1 para S. Nicolau (Ilha de Cabo Verde), 43 para Macau, 5 para Moçambique e 1 para Mocambo. E para a Ásia somente 24 pedidos e 69 para Goa, onde, segundo a mesma pesquisadora, se instalou um tribunal da Real Mesa Censória. Todos esses dados foram indicados pelo número de requisições de livros enviados a censura portuguesa para serem remetidas às colônias (ABREU, 2003).

Já no Brasil é possível notar que o movimento era muito mais intenso e superior se comparado às outras colônias. Entre 1769 e 1826 registraram-se em torno de 700 pedidos feitos para o Rio de Janeiro, 700 para a Bahia, 350 para o Maranhão, 200 para o Pará, e mais 700 para Pernambuco. Durante mais ou menos 50 anos, por mais de 2.600 vezes, indivíduos se interessaram em pedir e remeter livros para o Brasil. Por fim 18.903 obras foram registradas nos pedidos de licença feitos a Real Mesa Censória de Portugal. Durante o século XIX, com a vinda da família real as remessas de obras, especialmente as de belas-letas intensificaram-se ainda mais.

Então, ao contrario do que muitas vezes supomos a colônia portuguesa na América não desconhecia a utilidade e os encantos dos livros, embora se comparada com a América espanhola a diferença seja grande. Como veremos adiante, obras de todos os gêneros, de todas as épocas e de muitas nacionalidades desembarcavam no Brasil e especialmente na capitania de Pernambuco, colocando muitos títulos em circulação.

Dentre eles encontramos livros de direito, biografias, ciências naturais, filosofia, história sagrada, gramáticas e dicionários, livros farmacêuticos e de medicina. Adicionam-se ainda muitos tratados, livros de história, de teologia, de geografia, de matemática, de física, instruções morais e educação, regulamentos militares e livros de culinária.

Destacaram-se a presença de livros como, *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luis Antônio Verney, as obras *Recreação Filosófica* e *O feliz Independente*, do padre Teodoro de Almeida. Estas são

obras dos principais mentores da teologia inspirada nas luzes e representaram uma grande relevância na ilustração lusitana, compreendendo não apenas a formação da erudição, mas se revelando muito propício às reformas da educação pombalina (SIQUEIRA, 2009).

O marquês de Pombal implantou uma série de reformas na administração portuguesa. Destas, uma das mais notórias foi à mudança do papel desempenhado pela Igreja. Mudança tanto em relação ao seu papel de legitimadora do poder do Estado, quanto em relação ao seu papel de educadora, que foi completamente modificada com a expulsão dos Jesuítas e com a introdução da chamada Teologia Ilustrada, sob a égide dos Oratorianos e posteriormente reafirmada com a fundação do Seminário de Olinda.

Como Diretor Geral dos Estudos, Azeredo Coutinho contribuiu amplamente para o ensino público da capitania. A fundação e a participação do Seminário de Olinda na sociedade pernambucana foram de suma importância. Esta instituição sob a direção de seu fundador, o bispo de Pernambuco (1742-1821), que trouxe posicionamento crítico e metodológico, sedimentado na área da filosofia e das ciências. O próprio Azeredo Coutinho declara na carta com data de 4 de junho do ano de 1800 ao Ministro do Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho, que “São elas (as ciências) que formam a verdadeira glória dos povos” (NOGUEIRA, 1985). O seminário seria o grande centro de irradiação e propaganda das ideias revolucionárias francesas no início do século XIX.

O curso do ensino do Seminário de Olinda seguia o espaço de onze anos, segundo os Estatutos do mesmo de 1798, distribuídos entre: Gramática Latina, com três anos; Retórica, com um ano; Filosofia, com dois anos; Geometria, com um ano; e Teologia, com três anos. Vale ressaltar que, para matricular-se no Seminário, segundo o Estatuto, o candidato ao menos, deveria ter doze anos de idade e saber ler e escrever suficientemente.

O Seminário de Olinda foi possivelmente um dos locais privilegiados para o recebimento de muitas obras que foram enviadas nas petições analisadas, tais como “*O feliz independente, Historia eclesiástica, Orthografia, Historia universal, dictionario theologico, theologia dogmática, filosofia da religião, Grammatica franceza, Grammatica portuguesa, Novo methodo de grammatica Latina, Lógica e methaphisica germânica, Trigonometria, Phyzica, Tratado da educação physica, Rhetorica eclesiástica, Geografia moderna*” e etc.

A Ilustração serviu de molde tanto aos revolucionários para fazerem suas revoluções, quanto aos monarcas despóticos para evitá-las. Na França constituíram os “abomináveis princípios franceses” que debandou a revolução. No Brasil estes mesmos princípios educavam e aterrorizavam as elites. Esta é só mais uma das grandes contradições da história da humanidade que ninguém ainda foi capaz de desvendar, muitas dúvidas a respeito da Ilustração tornam seu conceito muito impreciso. Porém, apesar de qualquer tipo de ilustração portuguesa todas as obras analisadas e enviadas para Pernambuco foram aprovadas pela Real Mesa Censória. Dada à importância desse órgão, criado também durante as reformas de Sebastião José de Carvalho, em 1768.

A Mesa era formada por um presidente, sete deputados, onde um deles era da Inquisição de Lisboa, outro era o vigário geral do Patriarcado, cinco homens letrados de notório saber e deputados extraordinários para assuntos fora do conhecimento dos membros efetivos. O não cumprimento das leis proibitivas reverteria em cadeia por seis meses (podendo ainda chegar ao degredo para o “reino de Angola”), pagamento de multas, confisco dos bens. Sua intenção era deter o controle da censura sob os poderes do Estado, como uma tentativa de conter o avanço da propaganda das ideias revolucionárias francesas.

2. Medo e contrabando na metrópole e na colônia

A intervenção dos censores régios era constante, zelosos em suas análises, para preservar os bons costumes, a religião e a estabilidade do governo. Tudo isso devido à infiltração entre os

intelectuais, portugueses e brasileiros, dos “*abomináveis princípios franceses*” e da perigosa seita dos pedreiros livres, mais conhecida como maçonaria. Este medo social, que então reinava entre os governantes, pode ser detectado entre os pareceres sobre os pedidos de licença das obras:

Convém declarar a sua guerra a esta infame e perigosa seita, mas incumbe mais que a ninguém este honrado serviço a este respeitável e quase Augusto Tribunal do desembargo do Paço: criado pelo seu rei junto ao trono depositário dos maiores segredos e de alta jurisdição, conselheiro fiel e franco nos mais graves acontecimentos da monarquia, nunca perdeu a sua nobre índole, e real origem com que foi formado. Se sabe, Senhor, fora dos limites de censura, faltou a religião e a lealdade (Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa. Cx. 110, C0277).

Vários outros documentos como este acima poderiam ser mostrados aqui reafirmando este medo profundo que assolava aos governantes e também aos censores régios. Estes, inclusive declaravam sua gratidão a obras e pessoas que combatiam a “infame seita dos pedreiros livres”, bem como os princípios franceses. Isto comprova e revela a mentalidade de uma época: homens esclarecidos que defendem as ideias da ilustração para a organização de uma nova sociedade, mas que, no entanto, não podiam nem imaginar uma revolução aos moldes franceses.

Mas apesar do controle exercido pela Real Mesa Censória, muitas outras obras escapavam ao controle da censura e adentravam nos limites do Brasil por meios ilegais e chegavam às mãos de leitores. Livros proibidos circulavam entre os principais livreiros da época, estabelecidos em Portugal, que também atendiam aos mercadores de livros no Brasil. No reino, a circulação de obras vindas do exterior atingia cada vez maior número de leitores entre professores, alunos e militares, denunciados por serem proprietários de livros proibidos (VERRI, 2006).

O grande contrabando existente nos portos coloniais sempre foi causa de preocupações no decorrer do século XVIII. Uma gama de produtos era destaque neste tipo de comércio ilegal causando uma perda considerável dos lucros da metrópole: pau-brasil, cana de açúcar, diamantes, queijos, armas, chapéus (SILVA, 2009). Tudo isto alcançou seu ápice com o desenvolvimento das grandes tensões políticas na França que culminou na Revolução Francesa de 1789.

Sobre este último aspecto é preciso tomar algumas considerações iniciais antes de seguirmos adiante. Primeiro é o de que o alcance da revolução não pode de maneira alguma ser dissociado da dinâmica interna do espaço colonial. As suas implicações não agiram num espaço isento de história e de problemas próprios pertencentes anteriormente à interação entre colônia e metrópole.

Segundo, é desmistificar aquela velha ideia de pensar os fatores externos como universais e determinantes a história do Brasil. A intenção não é colocar como se tudo fosse simplesmente uma consequência das influências da revolução francesa, capaz de moldar os comportamentos e situações sociais vivenciados em Portugal, Brasil e especificamente na capitania de Pernambuco.

Nestes dois aspectos é visto a recusa total de uma visão historiográfica que reduz a história do Brasil, especialmente a história colonial, a ser puramente um reflexo ou consequência da história europeia e de forças externas. Problema que se agravou fundamentalmente no desenrolar do século XVIII de acordo com a mentalidade iluminista e sua noção de evolução histórica.

Colocadas tais observações podemos voltar ao nosso objeto específico de estudo. O forte contrabando de produtos, e porque não de ideias (pois como já foi dito, a chegada de obras ao Brasil, que não tinham a aprovação do Estado e da Igreja, era uma grande preocupação do império português), a fraca vigilância dos portos e a chegada dos primeiros ecos dos acontecimentos revolucionários da Europa levou a capitania de Pernambuco a estabelecer uma ação preventiva do Estado a fim de prevenir esses tipos de comercialização ilegal. Esta correspondeu ao período de governo de D. Thomás José de Melo (1787-1798) e das juntas de governo provisório, que o substituiu (1798-1804).

As recomendações da Coroa portuguesa quanto à vigilância da capitania se tornavam constante:

o príncipe regente nosso senhor foi servido ordenar-nos, que vigiemos muito escrupulosamente sobre a conduta de todos os empregados nesta capitania para no caso de se acharem contaminados de princípios jacobinos e revoltosos (AHU_ACL_CU_015, Cx. 212, D. 14384).

é Sua Majestade servida mandar novamente recomendar-nos a maior vigilância e precauções a respeito dos franceses e Espanha, tendo tudo pronto não só para repetir qualquer ataque, mas para obrar ativamente logo que alguma ou ambas aquelas nações mostrarem as suas intenções hostis por meio de alguma agressão (AHU_ACL_CU_015, Cx. 206, D. 14049).

Sua Majestade manda recomendar, que vigie com maior atenção sobre as arribadas dos navios estrangeiros, e que se tal modo os enfastie com visitas vigorosas, e com lhes não admitir venda de efeitos, ou transporte de produções do país (AHU_ACL_CU_015, Cx. 206, D. 14087).

Dente as ações tomadas em fins do século XVIII e a primeira década do século XIX vê-se então a precaução que tinha de tomar o governo de Pernambuco sobre o aparecimento de qualquer vela suspeita. O medo de corsários, em especial dos franceses, se tornou real e generalizado e desta forma tudo o que ocorria nos mares da costa da capitania deveria ser imediatamente comunicado:

Por aviso de Vossa Excelência expedido na data de 18 de dezembro do ano próximo passado, os participa Vossa Excelência; que constando na sua corte pela notícia da copia que o acompanhou, que no porto de passagens, se está preparando uma fragata corsária de dezoito canhões, com tripulação de cento e sessenta homens... destinados a fazerem desembarque nas costas do Brasil: ordena Sua Majestade, que tendo nós a mais escrupulosa, e exata vigilância, não só demos as necessárias providencias para evitar qualquer insulto que se pretenda executar; (AHU_ACL_CU_015. CX. 206. D 14056).

Durante o governo de D. Tomás José de Melo foi iniciado a construção do reduto de Gaibu (1797) e foi feito um empréstimo a capitania de Pernambuco, por ordem de uma carta regia, na quantia de um milhão e meio de cruzados destinado a defesa e segurança do Estado. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho ao tomar posse do bispado e da junta do governo interino de Pernambuco em 1798, uma de suas primeiras medidas também foi cuidar da vigilância e defesa da capitania que ainda se encontrava ameaçada pelos corsários estrangeiros (NOGUEIRA, 1985).

Logo mandou “que nestas capitanias se armem embarcações de guerra, que possam livrar a costa do Brasil dos corsários franceses que a vem insultar” (AHU_ACL_CU_015. CX. 209. D 14192.). Azeredo Coutinho também providenciou a compra pela real fazenda da “fragatinha Colombo, para efeito de guardar esta costa dos inimigos franceses” (AHU_ACL_CU_015. CX. 213. D 14489.). Também restituiu o Regimento a cidade de Olinda, o qual tinha sido retirado, reduzindo-o somente à artilharia para defesa do litoral e guarnição das fortalezas¹.

A fragatinha Colombo foi reconhecida na época como sendo:

das melhores qualidades que se podem requerer para os fins desejados de guardar a costa desta capitania e afugentar dela os corsários de pequena força

¹ A fragata é um tipo de navio de guerra. O termo tem sido usado, ao longo dos séculos, para designar uma gama alargada de navios, com diferentes tamanhos e funções.

que a infectavam; pois que nela se verificam as qualidades seguintes; anda muito a poupa, e a uma larga, e a bolina tem toda a vantagem com as outras embarcações; governa muito bem, aguenta muito apesar da sua alta mastreação (AHU_ACL_CU_015. CX. 213. D 14489).

A fragata Colombo pertencia a um corsário francês e foi comprada por um negociante da praça de Pernambuco chamado Lourenço Antônio Polleri e este vendeu para a Real Fazenda da capitania (AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14192.). A fragata teve como primeiro mestre José Joaquim de Sousa e posteriormente Bartholomeu José Soares (AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 14194). No entanto o tempo de vida útil da fragatinha foi pouco. Aos 26 de agosto de 1802 a fragata Colombo saiu em missão de resgatar um bergatim anglo-americano que se achava ancorado na costa do Rio Grande do Norte, mas o caminho percorrido pela dita fragata se achava “infestado” de corsários estrangeiros e logo chegou a notícia do seu naufrágio no Ceará (AHU_ACL_CU_015, Cx. 209, D. 15609).

As medidas preventivas ditas acima trazem um significado que ultrapassam o âmbito da ação do estado. Elas trazem para o solo colonial as consequências e desdobramentos da revolução e os problemas e vicissitudes da metrópole em relação ao contrabando. Além da mobilização de varias camadas da sociedade. Aos jangadeiros e pescadores conferiu a vigilância dos portos contra os inimigos portugueses que agora não eram uma ameaça distante. As vilas, povoados e praças vivenciava o temor dos ataques estrangeiros e as possíveis implicações caso ocorresse alguma invasão. Muitas pessoas tiveram de deixar seus afazeres para se inserir nos exercícios e paradas militares. Ate mesmo uma anistia foi concedida aos presos em Fernando de Noronha para que defendessem a ilha de ataques estrangeiros.

Desta forma percebe-se que os “males” causados pela revolução francesa somada aos problemas já existentes nas colônias em geral fez transformar os modos de viver nas mesmas. As repercussões disso evidenciados nas conhecidas revoluções liberais de Pernambuco, a revolução de 1817, a confederação do Equador e a Revolução Praieira (sem desconsiderar a importância da conspiração dos Suassunas como uma denuncia inicial das influencias francesas) são algumas mostras dessas mudanças.

CONCLUSÃO

Apesar de todas as precauções, quanto à censura dos livros, tomadas pelo governo português, com a criação da Real Mesa Censória e as suas varias modificações posteriores (no caso da colônia portuguesa, o controle era ainda muito mais rígido, uma vez que se proibiu a criação de universidades e escolas superiores na colônia, obrigando-se os coloniais a buscarem o ensino superior na metrópole), as novas ideias sutilmente adentravam no imaginário português e brasileiro. Seja através do contrabando, ou mesmo através dos filhos dos grandes senhores de engenho que iam estudar na Europa e traziam consigo, quando voltavam, as novidades do que acontecia no velho mundo juntamente com as ideias libertarias que lá circulavam.

Apesar de todas as precauções, quanto à censura dos livros, tomadas pelo governo português, com a criação da Real Mesa Censória e as suas varias modificações posteriores, as novas ideias sutilmente adentravam no imaginário português e brasileiro. Seja através do contrabando, ou mesmo através dos filhos dos grandes senhores de engenho que iam estudar na Europa e traziam consigo, quando voltavam, as novidades do que acontecia no velho mundo juntamente com as ideias libertarias que lá circulavam.

Pois as ideias e os discursos, assim como os produtos, circulavam. As que eram contrarias ao poder vigente português, ou de qualquer outra metrópole era combatidas fortemente, mas nem sempre conseguiam ser sufocadas. Enquanto isso as revoltas iam acontecendo, na Inglaterra, na França, nas colônias e etc. para enfrentar isso varias atitudes foram tomadas pelos representantes da capitania de Pernambuco nos fins do século XVIII e inicio do XIX como foi

visto, lidando com o comércio ilegal, com os ataques dos corsários e com a ameaça de invasão. Mas ainda assim o medo acometia a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. *Os caminhos dos livros*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2003.
- ANDRADE, M. C.; Fernandes, E. M (Org.). *O Nordeste Brasileiro e a Revolução Francesa*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1992.
- BOTIÉRO, J. et al. *Cultura, pensamento e escrita*. Trad. Rosa Maria Boaventura (francês); Valter Lellis Siqueira (inglês). São Paulo: Ática, 1995.
- BOXER, R. C. *A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- BRASIL. Minc. *Projeto Resgate de Documentação Histórica sobre o Brasil Colonial Existente no Exterior "Barão do Rio Branco"*. Pernambuco (1759-1831) [Consulta a manuscritos em meio digital. Disponível em: Laboratório de História da UFPE].
- CARDOZO, M. Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, governador interino e Bispo de Pernambuco, 1798-1802. [Alguns documentos elucidativos do Arquivo Histórico Ultramarino]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 282, p. 3-45, jan.-mar. 1969.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHARTIER, R (Org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- _____, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999.
- _____, R. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002.
- FURET, F. *O quantitativo em história*. In: Le Goff, J.; Nora, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- GÓMEZ, M. N. G. de. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação DataGramaZero. *Revista de Ciência da Informação*. v. 1, n. 6 abr. 2000. Disponível em: <www.snbu2006.ufba.br/soac/viwpaper.php?id=183&print=1>
- HUGO, V. *O corcunda de Notre-Dame*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010.
- LE COADIC, Y. *A ciência da informação*. Tradução de Maria Yeda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 8 p., 1995.
- NOGUEIRA, M. S. L. *O Seminário de Olinda, e seu fundador o bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985.
- SIQUEIRA, A. J. *Os Padres e a Teologia da Ilustração*, Pernambuco 1817. Recife: Edufpe, 2009.
- VERRI, G. M. W. (Org.). 2010. *Memorat*, memória e cultura escrita na formação brasileira. Recife: Editora Universitária, 2009.
- _____, G. M. W. *Tinta sobre Papel*, Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807. Recife: Edufpe, 2006.